

INQUÉRITO 3.989 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. TEORI ZAVASCKI
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S)	: AGUINALDO VELLOSO BORGES RIBEIRO
ADV.(A/S)	: ROBERTO PODVAL
ADV.(A/S)	: DANIEL ROMEIRO
INVEST.(A/S)	: ALINE LEMOS CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE
ADV.(A/S)	: EDUARDO ANTÔNIO LUCHO FERRÃO E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: ANÍBAL FERREIRA GOMES
ADV.(A/S)	: GUSTAVO ADOLPHO DANTAS SOUTO
INVEST.(A/S)	: ARTHUR CÉSAR PEREIRA DE LIRA
ADV.(A/S)	: PIERPAOLO CRUZ BOTTINI E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: BENEDITO DE LIRA
ADV.(A/S)	: CLEBER LOPES E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: CARLOS MAGNO RAMOS
ADV.(A/S)	: MICHEL SALIBA OLIVEIRA
INVEST.(A/S)	: CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO
ADV.(A/S)	: ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: DILCEU JOÃO SPERAFICO
ADV.(A/S)	: ANDERSON SOUZA PEREIRA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: EVÂNIO JOSÉ DE MOURA SANTOS
INVEST.(A/S)	: EDISON LOBÃO
ADV.(A/S)	: ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: EDUARDO HENRIQUE DA FONTE DE ALBUQUERQUE SILVA
ADV.(A/S)	: HAMILTON CARVALHIDO E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INVEST.(A/S)	: GLADISON DE LIMA CAMELI
ADV.(A/S)	: FERNANDO NEVES DA SILVA E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: JERONIMO PIZZOLOTTO GOERGEN
ADV.(A/S)	: GUSTAVO BOHRER PAIM
INVEST.(A/S)	: JOÃO ALBERTO PIZZOLATI JÚNIOR
ADV.(A/S)	: MICHEL SALIBA OLIVEIRA

INQ 3989 / DF

INVEST.(A/S)	:JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO
ADV.(A/S)	:GAMIL FÖPPEL
INVEST.(A/S)	:JOÃO LUIZ ARGOLO FILHO
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INVEST.(A/S)	:JOÃO SANDES JÚNIOR
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INVEST.(A/S)	:JOÃO VACCARI NETO
ADV.(A/S)	:LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO
INVEST.(A/S)	:JOSÉ ALFONSO EBERT HAMM
ADV.(A/S)	:CARLOS PEREIRA THOMPSON FLORES
ADV.(A/S)	:CARLOS EDUARDO PINTO LAMEGO E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	:JOSÉ LINHARES PONTE
ADV.(A/S)	:CÂNDIDO ALBUQUERQUE E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	:JOSÉ OLÍMPIO SILVEIRA MORAES
ADV.(A/S)	:ANDERSON POMINI E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	:JOSÉ OTÁVIO GERMANO
ADV.(A/S)	:MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
INVEST.(A/S)	:JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
ADV.(A/S)	:EUGENIO PACELLI DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	:LÁZARO BOTELHO MARTINS
ADV.(A/S)	:MICHEL SALIBA OLIVEIRA
INVEST.(A/S)	:LUIS CARLOS HEINZE
ADV.(A/S)	:ANDREI ZENKNER SCHMIDT E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	:LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA
ADV.(A/S)	:MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
INVEST.(A/S)	:MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE
ADV.(A/S)	:CARLOS HUMBERTO FAUAZE FILHO E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	:NELSON MEURER
ADV.(A/S)	:MICHEL SALIBA OLIVEIRA
INVEST.(A/S)	:PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO
ADV.(A/S)	:MICHEL SALIBA OLIVEIRA
INVEST.(A/S)	:PEDRO HENRY NETO
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INVEST.(A/S)	:RENATO DELMAR MOLLING

ADV.(A/S)	:VANIR DE MATTOS E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	:ROBERTO EGÍDIO BALESTRA
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INVEST.(A/S)	:ROBERTO PEREIRA DE BRITTO
ADV.(A/S)	:EVÂNIO JOSÉ DE MOURA SANTOS E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	:ROBERTO SERGIO RIBEIRO COUTINHO TEIXEIRA
ADV.(A/S)	:MICHEL SALIBA OLIVEIRA
INVEST.(A/S)	:ROMERO JUCÁ FILHO
ADV.(A/S)	:ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	:SIMAO SESSIM
ADV.(A/S)	:RAFAEL ALMEIDA DE PIRO E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	:VALDIR RAUPP DE MATOS
ADV.(A/S)	:NILSON VITAL NAVES E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	:VILSON LUIZ COVATTI
ADV.(A/S)	:DÉCIO GIANELLI RODRIGUES MARTINS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	:DANIEL RADICI JUNG
INVEST.(A/S)	:WALDIR MARAMHÃO CARDOSO
ADV.(A/S)	:MICHEL SALIBA OLIVEIRA E OUTRO(A/S)

DESPACHO: 1. Trata-se de requerimento formulado por José de Filippi Júnior, protocolado nesta Corte como petição 51939/2015, em que: (a) pleiteia acesso integral aos presentes autos; e (b) informa que, *“no período de 19 de outubro de 2015 a 1º de novembro 2015, realizará viagem aos Estado Unidos”*.

2. Cabe destacar que o requerente não consta como investigado neste inquérito, sendo apenas deferida a sua oitiva, na condição de informante, como diligência complementar requerida pela autoridade policial e pelo Ministério Público. Assim, a informação de que estará ausente do país deve ser destinada, a rigor, à autoridade policial responsável, já que não cabe ao Judiciário conduzir ou interferir no modo como se desdobra a investigação.

3. Quanto ao pedido de acesso aos autos deste inquérito, destaca-se que decisão de 6.3.2015 determinou o levantamento do sigilo, nos seguintes termos:

“Por outro lado, cumpre extinguir o regime de sigilo até agora assegurado ao procedimento. É que a Constituição Federal proíbe restringir a publicidade dos atos processuais, salvo ‘quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem’ (art. 5º, LX), e estabelece, com as mesmas ressalvas, que a publicidade dos julgamentos do Poder Judiciário é pressuposto inafastável de sua validade (art. 93, IX). Ora, não há, aqui, ‘interesse social’ a justificar a reserva de publicidade. Pelo contrário: é importante, até mesmo em atenção aos valores republicanos, que a sociedade brasileira tome conhecimento dos fatos objeto da investigação.

É certo que a Lei 12.850/2013, quando trata da colaboração premiada em investigações criminais, impõe regime de sigilo ao acordo e ao procedimento correspondentes (art. 7º), sigilo que, em princípio, perdura até a decisão de recebimento da denúncia, se for o caso (art. 7º, § 3º). Essa restrição, todavia, tem como finalidades precípuas (a) proteger a pessoa do colaborador e de seus próximos (art. 5º, II) e (b) ‘garantir o êxito das investigações’ (art. 7º, § 2º). No caso, os colaboradores, que respondem a outras ações penais com denúncia recebida, já tiveram sua identidade exposta publicamente. Ademais, o próprio Ministério Público Federal, ao formular o pedido de levantamento do sigilo, induz à pressuposição de que a reserva de publicidade não será requisito necessário ao êxito das investigações a serem promovidas. Não mais existe, portanto, razão jurídica que justifique a manutenção da tramitação sigilosa.”

Desse modo, o requerente poderá ter acesso aos documentos já encartados neste inquérito, desde que não abrangidos por segredo de justiça.

INQ 3989 / DF

4. Tendo em vista que os autos do inquérito encontram-se baixados à Polícia Federal, poderá o requerimento ser apresentado diretamente à autoridade policial.

Oportunamente, junte-se a petição 51939/2015.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Ministro **TEORI ZAVASCKI**

Relator

Documento assinado digitalmente